
ICANN83 | Fórum de políticas – Discussão do GAC sobre WHOIS e questões de dados de registro e reunião com a ASO

Quarta-feira, 11 de junho de 2025 – 10h45 às 12h15 CEST

JULIA CHARVOLEN

Vamos começar a sessão em dois minutos. Olá. Bem-vindos a sessão do GAC, da ICANN 83 sobre WHOIS e a política de proteção de dados. Quarta-feira, 11 de junho, 8:45 UTC.

A sessão está sendo gravada e é regida pelos padrões de comportamento esperados da ICANN e pela política anti-assédio da comunidade da ICANN. Durante a sessão, se você tiver alguma pergunta ou comentário, por favor, envie no chat. Eles serão lidos em voz alta se estiverem no formato adequado. Lembre-se de dizer seu nome e idioma, caso não fale inglês. Fale com clareza e em uma velocidade razoável para permitir uma interpretação correta. E, por favor, silencie seus dispositivos quando estiver com a palavra. Agora, passo a palavra ao presidente do GAC, Nicolás Caballero.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, Júlia. Espero que tenham aproveitado seu café ontem. Vamos ter uma sessão até às 11h30, horário local, que são 45 minutos. E agora vou apresentar meus colegas: Gabriel Andrews, que é co-presidente do Grupo de Segurança Pública do GAC. Ele vem dos Estados Unidos. David Bedard, espero ter pronunciado seu nome corretamente, do Canadá. Também Laureen Kapin, que

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

está de forma remota pelo Grupo de Segurança Pública dos Estados Unidos. Acho que ela está online.

E também Melina Stroungi, da Comissão Europeia, que também eu acho que estará de forma remota. Temos também oradores convidados, Sebastien Ducos, do Comitê Permanente da GNSO sobre o RDRS. E entendo que ele também ex-presidente do GNSO. Esta é uma sessão breve, são 45 minutos, e começamos um pouco tarde. Então, vou passar a palavra ao Gab. Não sei quem vai falar.

LAUREEN KAPIN

Olá a todos. Eu sou Laureen Kapin e trabalho na Comissão Federal de Comércio. Estou muito satisfeita de estar aqui com vocês hoje, mesmo que virtualmente. Vamos falar um pouco sobre o contexto, para que os novos membros do GAC possam entender. Sei que alguns de vocês estão familiarizados com o tema dos dados de registro de nomes de domínio.

WHOIS. Por que nos preocupam esse tema? Por que nos importamos com os dados de registro de nomes de domínio? O GAC tem uma longa e extensa história discutindo a importância desse tema. E os dados de registro de nomes de domínio dizem quem é a pessoa ou entidade que registra o nome de domínio. É uma ferramenta muito importante. Em 2007, o GAC, de fato, emitiu alguns princípios relacionados aos serviços WHOIS.

E também, anos depois, foi repetido no comunicado de Abu Dhabi, dizendo que este é um assunto muito importante de interesse

público, porque é utilizada esta informação para investigar e cumprir as leis nacionais e internacionais, caso que existam tecnologias que usem de forma indevida a internet. Por exemplo, se o organismo encarregado da aplicação da lei sabe que existem pessoas ruins que estão utilizando nomes de domínio, o nosso nome de domínio, nós queremos saber quem está por trás desse nome de domínio. E é por esse motivo que falamos dos dados de registo dos nomes de domínio. Buscamos esses dados e investigamos.

Então, quando esse organismo encarregado da lei quer saber quem está por trás do nome de domínio e se esse nome de domínio teve um mau uso por parte de terceiros ou foi apreendido, por isso é que precisamos saber quem. Mas não só os organismos encarregados da lei, mas também as entidades ou empresas, porque eles também querem ter a certeza de que aqueles que fazem um mau uso do nome de domínio não façam esse mau uso na sua própria empresa. Então, por isso, devemos cumprir ou devem cumprir as leis e as medidas de protecção.

Também falamos daqueles que utilizam e violam propriedade intelectual ou infringem essas normas. Há uma organização constitutiva da ICANN que se encarrega especificamente desse tema. E tanto vocês como eu queremos saber quem está por trás do nome de domínio quando nós queremos saber com quem estamos lidando. Eu faço essa compra com essa empresa, quem registrou esse nome de domínio? Alguém associado com uma conduta maliciosa? Então, WHOIS é a ferramenta que nos permite

utilizar essa informação quando armamos toda a linha de informação, também como consumidores.

Então, se bem as leis de proteção de dados foram modificadas, e faz tempo a pessoa podia fazer uma consulta e saber todos os dados, agora não está toda a informação disponível para o mundo. E isso é importante, porque de forma constante vemos que tem que existir um equilíbrio entre permitir que as pessoas tenham direitos, tenham direito legítimo a essa informação, e a pessoa titular dos dados tem que ter uma proteção, uma proteção legal dessa informação. E por esse motivo utilizamos normativa geral de proteção de dados como regulamento da União Europeia.

Então, houve alguma mudança nas políticas referidas ao WHOIS, existiram várias áreas de trabalho de políticas com este respeito, e o que o GAC sempre destacou é que com essas mudanças temos que proteger cada vez mais os dados de registo dos nomes de domínio das pessoas. Tem que existir um esforço para que o WHOIS seja rapidamente acessível para estabilidade e segurança, especialmente para o que tem a ver com as pesquisas e investigações dos organismos encarregados da aplicação da lei, da proteção dos consumidores e também da prevenção dos delitos em termos gerais.

Por isso, há alguns temas ou informação que não está aberta a todo o público, mas, sim, deve existir um (inint) [00:08:32] legítimo para acessar de forma rápida. Estão dizendo que fale um pouco mais lento. Enfim, peço desculpas aos intérpretes. Vamos falar um

pouco agora, e eu vou apresentar nessa imagem parte do nosso cronograma. Eu diria, na verdade, que visualmente isso parece como que tem muitas coisas, mas o que eu quero que saibam é que o que está na cor verde marca o que já foi realizado.

E podemos ver que o que está na cor amarela ainda não começou, e o que está na cor vermelha está em andamento. Então, vamos falar um pouco do que está acontecendo agora. Este processo começou em 2018, como podem ver. Começaram a publicação, a emissão de algumas leis de proteção de dados, foi implementada uma lei de política em diferentes etapas para poder levar em conta todo esse equilíbrio necessário para acessar o sistema de registro de nomes de domínios e sua divulgação.

Então, temos a etapa 1, com um relatório que foi já cumprido. E também, depois tivemos a etapa 2A, e agora estamos no EPDP, que é um processo expeditivo de desenvolvimento de políticas, ou de elaboração de políticas, expeditivo rápido, entre aspas, porque tentamos avançar de forma rápida, e que tem que terminar em 2025.

Este é um serviço de solicitação de nomes de registro, de dados de registro. E como estamos aqui, nesta etapa 2, há algumas recomendações, onde algumas delas são muito complexas para implementar, de alto custo. Então, está o serviço de solicitação de dados de registro, que já implementamos como forma piloto, para poder permitir o acesso a essa informação demorou 11 meses,

a sua elaboração, e estará implementado durante dois anos, pelo menos, e talvez um pouco mais, com alguma outra funcionalidade.

O que podemos ver é que... aí podem ver que está na parte de cima, que são os pedidos urgentes, e depois vamos falar disso. Outra coisa que eu quero mencionar é o trabalho sobre exatidão, porque o motivo que tem o fato de acessar essa informação é saber que a pessoa está recebendo informação que é exata, que pode ser feito um acompanhamento ou seguimento dessa informação, e que talvez podemos ver se essa informação tem utilidade ou não.

Mas há uma equipe de definição de alcances que está trabalhando sobre este tema da exatidão dos dados. Também digamos que parou durante seis meses, e há outro tema que tem a ver com os serviços de privacidade e representação. Isso significa que existe um sistema de informação que está por trás desses fornecedores de representação e de privacidade, mas estivemos trabalhando nesta área. Esta seria uma introdução. Esta informação é de por que chegamos até 2025, e agora vou passar a palavra ao meu colega para que fale dos temas principais, especialmente o que são os pedidos urgentes. Eu acho que, no caso, vai ser Melina quem vai falar.

MELINA STROUNGI

Espero que todos possam me ver e escutar bem. Vamos falar agora dos pedidos urgentes. Isso ocupa um lugar importante na agenda do GAC. Como todos sabem, este tema ficou na mesa durante

bastante tempo. A ICANN fez avanços a respeito, inclusive existe um IRP, mas nós queremos dar um pouco de contexto.

Os pedidos urgentes têm a ver com as recomendações de política da etapa 1 do EPDP, que adotou a diretoria, e que foram parte da política de consenso sobre os dados de registro, e que também se falou sobre quais são os prazos para responder esses pedidos urgentes. Esses pedidos são para divulgação de dados que não são públicos, em circunstâncias que signifiquem uma ameaça direta contra a vida, uma lesão física, exploração infantil, leitura crítica. Por que isso não foi incluído? Porque não se chegou a um acordo sobre qual era o prazo razoável.

O GAC pediu que fossem 24 horas, e a parte contratada naquela época sugeriu estender esse período até dois dias úteis, mas um dia útil quando fossem pedidos complexos. Então, como não se chegou a qualquer acordo, ficou fora esta recomendação. Mas eu quero lembrar que o GAC, em diferentes etapas, fixou sua posição ao respeito, para que fosse fácil o acesso a esses dados de registro. E no mês de novembro de 22, nós também fizemos um comentário, também enviamos, em 2023, uma carta à diretoria, ao Board, e, nessa carta, a diretoria concluiu que era necessário revisar o ponto 18 de políticas, e que deviam se consultar com o Conselho da GNSO.

No comunicado de São João, de ICANN79, o GAC deu uma recomendação para agir de forma rápida e estabelecer um processo claro e um programa, ou um cronograma, para a entrega

das políticas sobre os pedidos urgentes como resposta a pedidos públicos. A diretoria, então, tentou falar com o Conselho da GNSO sobre as etapas que deviam ser cumpridas e estabelecer bem qual era a situação, porque os procedimentos existentes e os estatutos não estabelecem um procedimento exato para esta situação, e é por esse motivo que deviam ser revisados antes da implementação.

Entre outras preocupações, a diretoria mencionou que, para responder verdadeiramente às ameaças iminentes, devia existir um período de resposta muito menor, que podiam ser minutos ou horas, e não dias. Nós apresentamos o tema referido à autenticação do que eram os organismos encarregados da aplicação da lei, para que fossem identificados e que os sistemas transfronteiriços que existem neste momento não estão disponíveis para a ICANN.

Então, precisaríamos da ajuda dos governos e dos organismos encarregados da aplicação da lei. O GAC se ofereceu a ajudar, especialmente através do PSWG. Estamos realizando avanços, se bem este trabalho está em andamento. Depois, o Conselho da GNSO respondeu à diretoria da ICANN e propôs uma reunião entre a diretoria, o Board, o GAC, o representante do PSWG e o Conselho da GNSO. O GAC propôs ao Board que tinha que dar duas áreas de trabalho que deviam estar em paralelo.

Uma tinha a ver com a autenticação e outra com a política. Então, num estabeleceríamos quais são os possíveis mecanismos para

autenticar, quem são os peticionários dos mecanismos de aplicação da lei e outros que tinham a ver com a lei. Quando for autenticado o mecanismo, qual seria o mecanismo aprovado para um pedido urgente. Essas são as duas áreas de trabalho. A proposta da ICANN foi discutida antes da ICANN81 e disseram que as duas áreas estavam por bom caminho. No caso da autenticação, se iniciou um grupo de especialistas representantes de diferentes organizações encarregadas da aplicação da lei e também de alguns grupos de partes interessadas da GNSO.

Se reúnem esses grupos, desde a ICANN82 estiveram se reunindo e vão continuar na medida do necessário. No caso da política, depois da ICANN82, a organização da ICANN voltou a se reunir para a etapa 1 do EPDP e IRT e determinar qual era o tempo apropriado de resposta para pedidos urgentes. Se reuniram duas vezes antes da ICANN82 e se reuniram ontem. Bom, quais são as últimas novidades? Qual o progresso até hoje?

Para aquilo que é a área de política, para os pedidos que já são autenticados, começaram com o processo de IRT, também se pediu ajuda ao GAC, que é uma tarefa que começou, ou houve uma reunião ontem. E quero lembrar que esse IRT tem um alcance limitado. Os que têm que debater é só o tempo da resposta, é apenas isso. Houve uma discussão sobre a proposta de organização da ICANN, porque a organização colocou propostas e tem duas horas para reconhecer um pedido e 24 horas para responder esse pedido urgente.

E também se abria o tema à comunidade para essa proposta. Ainda não se chegou a um consenso sobre as 24 horas, mas 24 horas é a única proposta pelo momento que existe, que está na mesa, não há outra alternativa proposta. Então, as partes contratadas ontem e nas outras reuniões também falaram de quais podem ser os obstáculos para que a comunidade, junto com o GAC, possa ver como solucionar esses obstáculos, e também há novos assuntos que parecem que surgem, e muitas partes contratadas também mencionaram ontem que receberam uma quantidade limitada de pedidos urgentes, e que podem resolvê-los rapidamente.

Então, a respeito dos obstáculos, se falou da responsabilidade que podem ter, dos recursos que podem ter, principalmente quando falamos em registradores pequenos, também a possibilidade de ter um prazo de resposta mais amplo em algumas circunstâncias. Também colocaram temas que tinham a ver com diferentes jurisdições, por exemplo, que uma ameaça à vida pode ser interpretada de diferentes formas, dependendo de que jurisdição se dê, e também que não tem que haver uso indevido do que é o canal de pedidos urgentes. Tem que existir um processo adequado.

O representante do GAC esteve na reunião e suponho que depois pode falar mais um pouco. Mas se falou que a lei prevalece sobre aquelas questões da ICANN e se tem que tomar em conta o tema das jurisdições, tem que tomar decisões relativas a isso, temos que ver se o pedido pode ser então recusado, então isto não vai ser diretamente dado. Então vamos ter um texto que fale sobre as suas posições, e supomos que o IRT vai se reunir mais vezes, e vou

passar a palavra para Gabriel, que vai falar da área de autenticação e o trabalho que eles fazem.

GABRIEL ANDREWS

Fala Gabriel Andrews, do PSWG. Em breve, estamos avançando bem, estamos mantendo diálogos que nos indicam que temos um caminho a seguir que é muito genuíno. Não quero pensar que já vencemos, mas estivemos tentando identificar ferramentas existentes ou futuras que podem utilizar os organismos de cumprimento da lei para autenticar as nossas agências em todo o mundo. Nós identificamos possíveis ferramentas e capacidades que seriam de utilidade assim.

Temos dois grupos. De um lado, há portais de organismos de cumprimento da lei que funcionam ativamente, por exemplo, em Interpol, que podem ser fornecedores de identidade com mecanismos para autenticar as agências que fazem parte desse organismo e, ao mesmo tempo, transmitir essa autenticação para a ICANN. Estamos trabalhando com o pessoal da ICANN para ver como podemos concretizar isso. Agora, isso pode levar um tempo, e é por isso que estamos ajudando a identificar listas de informação que podem ser de utilidade no curto prazo, como alguns organismos de cumprimento da lei, país de procedência e alguns identificadores associados.

Poderíamos dar essa lista à ICANN para que inclua no RDRS. E quero dizer que ainda estamos numa instância de diálogo com a ICANN, mas, em geral, o fato de avançarmos bem nessas conversas

nos dá um dado de otimismo. Acho que agora é Sebastien, vamos falar sobre o serviço de solicitação de dados de registro.

SEBASTIEN DUCOS

Obrigado, Gabriel. Sou presidente do Comitê Permanente do RDRS. Aqui vemos um slide muito similar ao apresentado pela Laureen. Acontece que, neste caso, fazemos foco no EPDP, suas instâncias passadas e as suas instâncias atuais. As recomendações surgidas da segunda etapa do EPDP, conhecidas como SSAD, se apresentaram e precisavam de um desenvolvimento que assumiria muito dinheiro.

Então, o board iniciou um processo novo naquele momento chamado avaliação de design operacional. Foi levado a cabo pelo pessoal e, nessa etapa, se descobriu que a implementação do SSAC, de maneira completa, requeria US\$ 100 milhões para seu desenvolvimento, aproximadamente. Então, o que aconteceu? O Conselho da GNSO votou essas recomendações, passou para o board, o board ainda não votou, mas, sim, disse para o Conselho da GNSO, por favor, analisem as suas recomendações e nos digam se realmente esse é o curso de ação que quer seguir, porque realmente é muito oneroso. Isso foi faz quatro anos e tivemos que ver o que poderíamos fazer.

Naquela altura, tínhamos uma equipe reduzida que propôs um piloto que seria uma versão simplificada do SSAC, em virtude do qual teríamos um ponto central para receber todas as solicitações do público, dos organismos de cumprimento da lei, dos advogados

que se carregam de propriedade intelectual e etc. E essas solicitações iam ser direcionadas para os diferentes registradores patrocinantes.

Estamos trabalhando nisso faz um ano e meio, deveríamos finalizar o nosso trabalho em outubro, e como disse o Laureen, apesar do piloto finalizar para esse momento, a ferramenta que construímos continuará sendo utilizada, e é muito provável que seja a melhor. Agora, o mais importante é que temos recomendações que já foram votadas pelo conselho da GNSO e que devem ser revistas. Estamos vendo quais as recomendações que se devem analisar e o conselho da GNSO deverá seguir os processos pertinentes para voltar a rever essas recomendações que nos referiu a diretoria. Para realinhar as políticas perante o que já sabemos depois de ter feito esse plano piloto.

GABRIEL ANDREWS

Aqui podem achar o RDRS. Essa informação é de utilidade para os membros novos que talvez não conheçam essa ferramenta. E, se não conhecem tanto sobre o tema, aqui vemos por que é importante. Quando é expurgada informação de registro de um domínio, fica praticamente nada de informação. Quando não é expurgada, podemos achar informação de contato e utilidade para essas funções públicas que acabamos de mencionar. É por isso que é importante.

Tivemos conversas com a diretoria, com o GAC e algumas preocupações com relação à participação de todos os

registradores nessa experiência piloto. Acho que agora tem uns 90 e tantos registradores. Não são todos. Além disso, nos preocupa a integração de serviços de privacidade e representação, desenvolvimento de mecanismos de autenticação. Por isso eu trabalhei tanto na avaliação dos organismos de cumprimento da lei e participação voluntária dos ccTLDs. No nosso diálogo com o Board, nos disseram que tem presentes as preocupações. Avaliamos isso de forma positiva.

SEBASTIEN DUCOS

O Comitê Permanente teve que fazer quatro tarefas que estão no informe que estamos redigindo. Primeiro, descobrir tendências no primeiro ano e depois dele. Vimos que tínhamos dados mensais que poderiam nos dar um indício de tendências. E queremos avaliar quantas pessoas utilizariam esse serviço. Queremos ter uma cifra estimativa.

Também que tipo de entidades entrariam no sistema para solicitar dados. Sabemos que haveria advogados, especialistas em propriedade intelectual e organismos de cumprimento da lei, entre outros. Esses relatórios são públicos. Estão disponíveis no site do URS do website da ICANN. Depois temos que nos ocupar de atualizações técnicas. Tivemos que fazer algo operacional para lançar a experiência piloto, mas já estão sendo sugeridas melhorias. Entre elas, como disse Gabriel, ter uma interface para que os ccTLDs também possam participar e incluir API, etc.

Depois, nos concentrar no que vamos aprendendo, o que vimos na experiência piloto. O que queremos manter à luz dessa experiência? E o que queremos modificar ou deixar de aplicar? Sabemos que, embora essa tenha sido uma experiência voluntária, uma versão simplificada do SSAC serve para algo e se deve manter o que sim funciona. E agora estamos nessa etapa.

Temos que retomar as recomendações sobre o SSAC. E formular as nossas próprias recomendações. E também com maiúscula, com R maiúscula e com R minúscula. Quer dizer, com o que tem a ver com política e com o que nós consideramos que o conselho da GNSO tem que revisar para lançar outro PDP ou outro formato, provavelmente formato de trabalho, e assim formular outro conjunto de recomendações que possam voltar a passar pela etapa de votação e possam chegar novamente ao board.

Terminamos já os capítulos 1 e 2 com respeito às aprendizagens. Houve, sim, uma troca de opiniões, mas agora o que estamos fazendo é examinar as recomendações nos detalhes. Também está o capítulo 4, análise das recomendações, isso estamos fazendo agora. Pensamos que daqui a um mês e meio estaríamos terminando este trabalho porque temos que publicar um relatório inicial no final do mês de julho para poder ter um período de comentário público até agosto.

Queremos que esse período chegue até meados de setembro e convidamos a que apresentem seus comentários e dessa forma terminaríamos toda essa tarefa para a reunião ICANN84. Não

podemos ir além dos meados de setembro porque senão não vamos ter tempo de finalizar o nosso relatório.

Muito bem. Estamos analisando essas recomendações e, como sempre acontecem nesses casos, ou ficamos com todo o conteúdo ou desconsideramos todo o conteúdo ou analisamos cada um dos pontos desse conteúdo e implementamos as mudanças necessárias. É o que estamos fazendo. Com respeito ao SSAC e ao RDRS, vão continuar sendo ferramentas que vamos continuar utilizando. Não queremos eliminar ou desconsiderar.

Mas reitero, não serão tal como existiram há quatro anos porque isso é de um custo muito alto e de uma extensão também muito importante. Existiram 18 recomendações. Aqui vemos o título de cada sessão. Basicamente, a metade do custo iniciado SSAD tinha a ver com o sistema de credenciamento, através do qual seriam verificadas de forma completa a identidade dos usuários e o seu direito à informação. Para enviar depois essa informação aos registrantes que iriam receber essas solicitações. Isso era de um preço muito alto, um custo muito alto, porque era um trabalho feito por seres humanos.

Agora, na experiência piloto, não utilizamos esta etapa e estamos vendo até onde queremos avançar. Talvez exista algum nível de credenciamento, de habilitação. Ainda estamos estudando este ponto. Claro que credenciamento para o organismo de aplicação da lei e outras entidades como CERT e entidades governamentais também. Se bem não fizemos a prova na experiência piloto,

estamos vendo até onde queremos avançar e o que queremos manter.

Depois, há outras recomendações que foram implementadas até algum ponto nessa experiência piloto e estamos avaliando se mantemos a nível da experiência piloto ou se ampliamos em alguma porcentagem. Posteriormente, tudo que tem a ver com os SLAs e com a obrigatoriedade do sistema deverá ser levado em conta. Na experiência piloto, nada foi obrigatório, mas as recomendações do SSAD incluem a participação obrigatória dos registradores.

Agora, eu quero falar sobre a sustentabilidade financeira. 100 milhões de dólares é muito dinheiro, mas se temos 1 bilhão de solicitações, então esse número não é tão alto. Então, temos que ver o que acontece, principalmente com o WHOIS que recebe muitos bilhões de solicitações. Eu acho que já terminei com esta parte da apresentação. Muito obrigado.

GABRIEL ANDREWS

Desculpem a interrupção. Há outros assuntos sobre os custos do sistema, mas como não temos muito tempo, vamos continuar avançando com a apresentação.

Como já mencionamos, vamos ter um período de comentários públicos no mês de agosto para comentar sobre o relatório final. Aqui temos informação de referência. Quando esse período de comentário público for aberto, o GAC deve levar em conta que já

existiram comentários anteriores, e aqui temos alguns links que podem ser de interesse para acessar essa informação. Eu não sei se agora David vai assumir a palavra.

DAVID BEDARD

Eu vou tentar ser breve. Eu sei que temos poucos minutos para acabar com a nossa apresentação. Eu vou falar sobre os antecedentes da exatidão dos dados de registo. O GAC destacou, uma e outra vez, a importância da exatidão dos dados. O GAC destacou também a importância em termos da segurança, estabilidade e resiliência do DNS, e também destacou o fato de que a ICANN deve continuar trabalhando neste tema. Isso ficou concretizado no comunicado de Seattle.

Nós vemos que houve uma equipe criada em 2021 encarregada de delimitar o alcance da exatidão dos dados, mas depois parou esse trabalho. A ideia era ajudar a comunidade a compreender esse tema e definir exatamente o problema dos dados de registo. Então, também foi feita uma auditoria dos registradores de como gerenciam a exatidão dos dados. E agora há um recesso nesse trabalho, especialmente no trabalho da equipe que está a cargo da delimitação do alcance da exatidão dos dados.

A ICANN chegou à conclusão, ou a determinadas conclusões respeito a este trabalho, e sugeriu que existiam alternativas, como as práticas do ccTLDs, para poder analisar a exatidão dos dados. Em 2024, o conselho da GNSO reconheceu que as propostas que existiam não tinham dados suficientes para avançar quanto à

exatidão dos dados, e começou um trabalho com registradores para ver os diferentes níveis ou limiares de exatidão.

Agora, na nossa resposta, o GAC disse que deviam ser incluídos dados relevantes quanto à exatidão dos dados, com base nas evidências e também com um alcance limitado, que tem a ver com a exatidão. Esta é a situação até hoje. Na última reunião da ICANN, foi criado um pequeno grupo na GNSO para ver o tema da exatidão dos dados, a equipe está analisando as respostas a essas perguntas de níveis de exatidão, que incluem as respostas do GAC.

Estamos vendo também, como encurtar os prazos para que os registradores validem e verifiquem os dados também, estamos conscientizando sobre esta situação, trabalhando na educação dos registradores, no seu treinamento e queremos nos assegurar de que se apresente também quando se suspende um domínio, porque os seus dados de registo não são exatos.

É encorajador ver que estamos por ver os resultados de todos os trabalhos durante as próximas semanas e, na reunião do GAC e a diretoria, no dia de ontem, recebemos mais informação sobre requisitos em matéria de exatidão de dados nos contratos da ICANN. Estamos vendo quais são os requisitos contratuais em matéria de exatidão e verificação de dados. Devido à dificuldade de tratar diretamente a questão da exatidão dos dados, a diretoria disse que esse tema poderia ser tratado em diferentes planos de desenvolvimento, de elaboração e quanto também a outros trabalhos.

Aqui há algumas considerações sobre o comunicado da ICANN que vai ser emitido, desculpem, do comunicado que vai emitir o GAC em Praga. Definitivamente não vamos incluir isso como recomendação, mas sim colocaremos no tema de interesse para o GAC, por exemplo, novidades sobre o serviço de solicitação de dados de registo. Por exemplo, podemos dizer que estamos esperando, como GAC, o relatório final do Comitê Permanente do RDRS e ver também o que acontece com as recomendações referidas ao SSAD e reiterar a nossa chamada à participação obrigatória dos registradores de ccTLDs no RDRS.

Também a divulgação urgente de dados de registo tem que estar incluída nesses temas de interesse. Sabemos que o grupo de especialistas está trabalhando e avançou tanto no curto quanto no longo prazo e reconhecemos o trabalho quanto à política que está fazendo o IRT. Queremos dizer que o GAC continua manifestando a importância de responder às solicitações urgentes no prazo de 24 horas, que estará em conformidade com os comunicados anteriores do GAC.

E, finalmente, poderíamos reiterar a importância da exatidão dos dados e receber com beneplácito os passos a seguir sugeridos pela equipe reduzida da GNSO e também as considerações da diretoria.

NICOLAS CABALLERO

Muito obrigado, David, Sebastien, Gabe, Laureen, e Melina. Eu peço desculpas porque teríamos que chamar relatório ao GAC e não à discussão, porque deveríamos ter tempo para as perguntas e

respostas que não temos, mas vamos melhorar para a próxima vez. Não temos tempo para perguntas, mas eu tenho uma pergunta. Peço desculpas.

Podemos voltar à imagem número 11, porque aqui há uma questão importante que eu quero mencionar para que fique claro. Digamos, e eu tentarei ser breve, mas eu acho que existe um problema fundamental com a forma na qual nós fazemos as coisas. Eu não sei qual pode ser a solução, mas, enfim, digamos que um representante do governo de uma galáxia mínima vem aqui, cai em paraquedas e vê o título: Processo de Desenvolvimento de Políticas Expresso, e tudo começou em maio de 2018. Bom, maio de 2019, sim, etapa 2, o EPDP, julho 2020, depois, etapa de desenho operacional, é cessado, 22, 21, consulta, 23, 24, ou seja, sete anos depois. O que aconteceu?

É uma forma muito esquisita, esse pessoal do Planeta Terra tem uma forma esquisita de fazer as coisas. Então, por favor, vão e expliquem aos seus ministros. Eu quero me comunicar com o Planeta Terra desde, não sei, Júpiter, por acaso. E o que eu quero dizer, na minha humilde opinião, devemos encontrar uma forma melhor de fazer a coisa, não tem uma solução mágica, mas uma coisa, é que meu rei, ministro, seja lá quem estiver me esperando, não ficará satisfeito da forma na qual fazemos as coisas ou sobre a eficiência do processo, seja lá qual for o processo, o mecanismo do processo. Na verdade, eu sinto muito, está a Índia, posso passar a palavra, peço desculpas pelo meu exemplo ridículo.

SUSHIL PAL

Em primeiro lugar, o último slide que fala sobre a recomendação do GAC, devemos colocar aqui uma manifestação, porque isso há muito tempo que está pendente. Então, deveria ser uma recomendação o que devemos fazer. E, na verdade, há mais de dois anos que estamos falando desse tema, então, vemos que há um avanço, mas não vemos ainda nada especial.

Vemos o RDRS, que é complementado com diferentes coisas, uma e outra vez. E também, se vemos aqui, o ponto que fala da autenticação, certificação, eu acho que é bom tomar essa área, juntar essa área com as dos pedidos urgentes para ver o que é necessário fazer. Isso é o que eu queria mencionar.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, Índia. Sim, a única coisa que tínhamos era um tempo para uma manifestação de um desejo. Seria bom ter uma discussão interessante de perguntas e respostas, mas passamos do tempo. Muito obrigado, David, Sebastien, Gabe, Melina e Laureen. E eu peço desculpas por ser tão direto, eu acho que temos que fazer alguma coisa para que nossos amigos de Júpiter, ou de qualquer outro lugar, quando leiam isso, não fiquem tão confusos como eu. Muito obrigado também, pedimos agora aos colegas da ASO que cheguem aqui até a mesa, até o palco.

Muito obrigado, vamos dar as boas-vindas aos colegas da ASO. Tenho aqui o Nick, tenho o Marco, nosso distinto vice-presidente,

e temos também Christine do Egito. Bem-vindos todos, e considerando que estamos um tanto demorados, vou passar a palavra diretamente ao Marco, Nick, para que dê início à sessão.

MARCO HOGEWONING

Vou começar, então. Vamos fazer uma breve introdução do que vamos falar, mas também para que vocês tenham um contexto. Nós tivemos uma discussão no comitê, há coisas que queremos assinalar especificamente. Obrigado pelo seminário web que fizemos, porque serviu de muita informação.

Foi útil, espero que os membros do GAC tenham utilizado também essa oportunidade para poder considerar esse período de comentários públicos da ICANN. E acho que, embora não tenhamos muito tempo, acho que é bom ter uma reunião com a ASO aqui para poder ver comentários que receberam e quais são os próximos passos. Houve deliberações dentro do comitê, onde surgiram algumas perguntas e as compartilhamos com vocês. Não sei se, Nico, quer falar alguma coisa.

NICOLAS CABALLERO

Bom, quero que saibam que a ASO e a ICP-2 significa Política de Coordenação da Internet. Isso tem a ver com a governança dos RIR, que são registros regionais de internet.

NICK NUGENT

Obrigado pelo seminário web também que tivemos previamente com vocês. E para que tenha um contexto, a Política de

Coordenação da Internet 2 é um documento de governo no reconhecimento dos novos registros regionais de internet, como podem vir, não sei, de Júpiter ou Antártica, Nic, para usar os exemplos oferecidos. Eles vão ter que cumprir com tudo isso.

O ICP-2 foi adotado faz um tempo e a ideia foi criar um novo documento para ter uma forma nova de reconhecer os novos RIR e também saber quais são as suas obrigações e o que pode acontecer caso seja retirado, removido o reconhecimento quando não cumpra com as suas obrigações. Então a ideia era não chamar ICP-2, 3 ou 4, mas Governo de Governança dos RIR, que é um documento aberto para consulta, para os comentários.

Será possível colocar os slides? Houve um seminário web para mostrar a consulta que tínhamos feito, vou ser breve, para ter tempo para comentários e perguntas da comunidade. Publicamos o documento e levamos adiante uma consulta pública desde 14 de abril a 27 de maio sobre esse ponto. Recebemos várias respostas da comunidade, foram várias consultas e, em paralelo, tivemos uma consulta em cada uma das cinco regiões onde temos RIR.

Isso incluía apresentações presenciais para todas as reuniões RIR que tivemos durante o período de consulta, também seminários web para os RIR, embora não tivéssemos reuniões durante a consulta, e sim para outras organizações como GAC, LAC. Conservamos todos os comentários, podem ver que há um link no último ponto para toda a informação. Próximo slide, por favor.

Aqui temos apenas umas métricas entre o que foi a participação nessas consultas, o que foi apresentações presenciais, seminários web, listas de e-mail que estabelecemos, e realmente aí também houve boas deliberações e boas respostas. Publicamos um blog e aí também publicamos cifras que têm a ver com o blog. Então, depois de receber tudo isso, o objetivo que o AC do SO venha, além de outras reuniões, era tentar entender todos esses comentários.

Temos as contribuições da comunidade no documento, pedimos em diferentes lugares e nos reuniões durante toda a semana para entender todos os comentários, sugestões, perguntas surgidas. E, em verdade, até houve respostas muito longas e que agradecemos. E na medida em que recebemos esses comentários, dividimos em três categorias. Há comentários onde se pode fazer alguma ação. Isso é muito bom, porque talvez não demos muita atenção a algo ou não fomos claros.

Então, a nossa meta é incorporar esse texto na nova versão do documento, que seja passível de ação. Houve muitos comentários que resultaram aplicáveis, que nos deram ideias novas, das quais vou falar mais adiante, mas foram para além do alcance, do escopo do documento, para aprofundar um pouco mais do que o documento podia fazer.

Esse documento de governança de RIR tem que ser um documento amplo para que todos entendam quais são as suas obrigações e o que pode acontecer se não cumprem, como é removido o seu reconhecimento, como vai funcionar quando falamos em

modificações, prazos, se há um processo de transferência, como vai funcionar então? Vai haver uma custódia dos dados? Esse tipo de perguntas.

Mas não é possível chegar a esse nível de detalhe nesse documento. A intenção é que vai haver outro documento que vai se chamar Procedimento de Implementação e vai incluir todos esses detalhes. É um documento que pode mudar de maneira dinâmica, que vai necessitar de ratificação ou não. E isso vai incorporar todos esses comentários, mas não nesse documento, em outro. Essa é a segunda categoria.

O terceiro eram boas ideias, mas talvez fora do alcance do que nós queremos fazer. Falam em outros temas que não têm a ver com o sistema RIR. E é difícil tomar esses comentários porque a ideia foi realizar esse documento, revisar esse documento em particular que tem a ver com reconhecimento, produção e operação de reconhecimento. Não podemos incorporar tudo isso, mas sim responder a esses comentários. E é por isso que nós tomamos ação ao respeito.

Tentamos incorporar tudo isso no documento, dizer que essa é uma gerência interessante, mas pensamos que não guarda a coerência com os princípios incluídos no documento. Realmente, os comentários foram muito, muito interessantes. Então, para dar ideias, alguns dos comentários recebidos, alguns deles estão incluídos neste slide e no próximo.

O que se recebeu tinha a ver com os fundamentos da produção no ICP-2. A ICANN decide quando reconhece um novo RIR. Isso não aconteceu em 2005, porque AFRINIC foi o último, mas pode ser, não sei, Jupiternic, Antarticanic. Tem o reconhecimento. Qual vai ser o procedimento? A natureza do RIR e a relação mudou nos últimos anos. Então, o documento rascunho atual dá duas áreas ou etapas para isto.

Em primeiro lugar, RIR tem que apresentar uma solicitação. Na atualidade, temos que reconhecer unanimemente. E quando tem aprovação unânime, a ICANN toma a decisão final. Houve muitos comentários. Muitos dos comentários disseram que a unanimidade não é uma barra em que talvez haja conflito de interesses. E estamos tentando trabalhar nisso. Não apresentamos uma decisão até o momento, porque estamos ainda tratando qual pode ser o limiar adequado.

Outra das coisas que a ICANN pode iniciar. A ICANN poderia iniciar uma proposta para reconhecer um novo RIR. Outro tema é, vamos supor que a ICANN rejeita. Em última instância, pode haver uma instância de revisão, apelação dessa decisão adversa? Além disso, se for necessário que um RIR assumisse os serviços de um RIR em lugar do outro, como deveria se ver isso? Como garantimos que existe uma continuidade suficiente para que esse processo passe de uma mão para outra sem problema?

E aqui tenho outros comentários recebidos. Na atualidade, o documento diz que todos os RIR, as cifras, devem ser pequenas,

porque é necessária muita coordenação entre um RIR e outro. Então, se crescer muito, pode haver uma fragmentação. É por isso que houve muitos comentários sobre como determinamos qual é o número certo de RIR que deve existir. Recebemos muitos comentários sobre os detalhes, como poderiam ser as boas práticas do governo. Isso vai fazer parte do outro documento.

Houve comentários sobre a necessidade de fazer auditorias rápidas, bem feitas, identificando os problemas. E outro dos temas é que cada um dos RIR deve ter medidas anti-captura, o que significa que um grupo de entidades ou alguma entidade possa controlar um RIR. Houve muitos comentários e perguntas sobre como podemos determinar esse controle. Então, não vou dizer como vamos responder cada um desses comentários, porque ainda estamos nesse processo, mas sim vamos responder a todos os comentários recebidos até o momento.

A respeito dos próximos passos, nós vamos pegar esses comentários, criar uma versão 2 desse documento, vamos publicá-lo em finais de agosto ou setembro, princípios de setembro, e vamos realizar depois uma outra consulta, publicar sobre esse documento modificado, e se espera que vamos publicar antes da ICANN84. Para que todos os participantes da ICANN84 possam utilizar parte do seu tempo na reunião para trabalhar, ver o documento e fazer os comentários.

Então, os comentários, neste caso, fecharam antes da ICANN84, mas a ideia é que o próximo período de comentários feche depois

da ICANN84. E depois da reunião, vamos, possivelmente, publicar esses comentários. Somos conscientes que o objetivo desta sessão é responder às perguntas do GAC. Então, com prazer, vamos responder. Inclusive, também podemos fazer perguntas aos senhores ou senhoras para avançar neste diálogo, e vocês podem responder ou não, fazer um comentário ou não, enfim, como vocês preferirem.

Há alguma disposição do documento sobre a qual queiram mais informação, talvez queiram saber por que redigimos tal ou qual disposição, e também nós queremos perguntar a vocês o que podemos fazer para melhorar a próxima rodada de consulta. Eu acho que com isso finalizam os slides da minha apresentação.

MARCO HOGEWONING

Obrigado. Vejo que já há pedidos de palavra. Eu tenho uma pergunta com respeito aos planos para a reunião ICANN84. Nesta reunião, vamos ter uma sessão pública da ASO, para tratar esse tema com a comunidade, como vê essa possibilidade?

NICK NUGENT

Bom, não vejo por que não. Ainda não projetamos nossas atividades para a ICANN84, mas poderíamos ter, sim, uma sessão pública. Nesta reunião, fizemos uma sessão pública. Não tivemos tanta presença, porque já tinha fechado o período de consulta.

GUO FENG

Sou Guo da China, para os registros. Eu quero fazer alguns comentários sobre esse tema. Eu agradeço aos membros da ASO por estarem aqui presentes para falar do documento ICP-2, com o GAC. A atribuição racional de recursos IP e de infraestrutura afeta a interoperabilidade global da internet. A China tem uma grande população e muita infraestrutura, portanto, temos um grande uso de recursos IP. Por esse motivo, nos interessa um funcionamento estável da arquitetura dos recursos da internet.

Sabemos que esse documento ICP-2 vai redundar em mudanças, vai levar a mudanças em como se estruturam os registros regionais da internet no mundo todo, e também vai afetar no que acontece com os recursos da internet e seus endereços daqui para o futuro. Então, sugerimos que a ASO, talvez junto com a NRO, aproveite a reunião da ICANN dessa semana e os próximos meses também para analisar e revisar com cuidado os comentários recebidos de todas as partes interessadas para, dessa forma, gerenciar assuntos de forma devida durante a etapa de consulta. E talvez vocês elaborem uma versão revisada do documento sobre os RIR de conformidade com o princípio de equidade, estabilidade e segurança, referido à segurança dos endereços de IP e também com os posteriores processos de aprovação. Muito obrigado e boa sorte com as suas próximas etapas de trabalho.

NICK NUGENT

Obrigado. Sim, é assim como trabalhamos e esperamos finalizar esse processo dessa forma. Muito obrigado.

MAAIKE VEENSTRA

Eu quero fazer uma pergunta referida ao processo. O senhor falou da próxima versão do documento de governança dos RIR que vai ser tratada na próxima reunião da ICANN. Sabe quantas versões desse documento vamos ter?

NICK NUGENT

Sim, uma pergunta muito interessante. Para nós, a próxima versão deveria ser a versão final. Agora, se detectássemos um problema importante que justificasse uma terceira versão, faríamos. Ou seja, talvez seja uma versão final também que possa ter algum erro de tipografia ou uma versão 2.2. Ou seja, talvez exista uma mudança menor que não justifique uma consulta ou uma nova rodada de consultas. Claro que queremos que a versão seja a versão final, mas temos que fazer o que corresponde conforme os comentários recebidos.

MARCO HOGEWONING

Muito obrigado. Quem vai assumir a palavra, a Federação Russa?

NICOLAS CABALLERO

Tem a palavra a Federação Russa, por favor.

VIACHESLAV EROKHIN

Eu vou falar em russo neste momento. Prezados colegas, gostaria de fazer um breve comentário que tem a ver com o processo de comentários públicos sobre o documento ICP-2. Tivemos duas

sessões para falar sobre este documento. No mês de dezembro, falamos sobre os princípios de organização para os RIR e, recentemente, falamos também sobre o outro documento.

Quando falamos sobre os princípios, foi gerado um outro documento que trata sobre os princípios fundacionais da organização dos registros regionais de internet iniciais. Este documento, a versão final, foi publicada no website da ICANN e também no website da NRO e ainda está à disposição. A seguir, a última rodada de discussão do documento de governança, neste documento vimos que foram incluídos os princípios sobre a organização dos RIRs.

Eu quero mencionar que, em parte desses princípios, foi mudado o conteúdo, o texto. No seminário web realizado para o GAC com a NRO e a ASO, eu perguntei por que tinham mudado o texto e recebi uma resposta geral. Disseram que consideravam que assim seria melhor. Quem considerou isso? Por que é melhor esse texto? Isso faz pensar na transparência, na responsabilidade e também na responsabilidade do trabalho que se realiza dentro do modelo multissetorial.

Para nós não ficar claro, porque na nova versão do documento há modificações que não estavam incorporadas nessas sessões públicas e esses princípios que tratamos no mês de dezembro tinham o apoio da ASO, o ALAC e todos os órgãos constitutivos da ICANN. Então, o processo da preparação desse documento cumpriu esses passos.

Eu encorajo os organizadores a que analisem com cuidado todas as mudanças feitas no documento e justifiquem ditas mudanças e que tenham cuidado com essas mudanças e que também informem por que foram incorporadas essas mudanças. O documento ICP-2 é um documento fundamental, de importância fundamental. Portanto, é muito importante que o texto completo fique incorporado e que reflita as propostas da comunidade. Muito obrigado.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado à Federação Russa.

NICK NUGENT

Eu vou responder em inglês. Muito obrigado pelo comentário. Sim, é verdade, eu vou dar um contexto, em primeiro lugar. Nós decidimos fazer esse processo desta forma. Poderíamos ter publicado um documento preliminar completo, como primeira etapa. Essa poderia ter sido uma forma de trabalho, mas isso poderia ter sido muita coisa. Publicar as 10 páginas com todas as referências e dar esse documento à comunidade para ver o que pensava.

Poderiam ser tratados também alguns erros de tipografia e tal. Então, pensamos, melhor vamos fazer o seguinte. Primeiro, publiquemos alguns princípios fundamentais, que foram 24. Foram princípios muito breves, sintéticos, simples. Princípios de boa governança corporativa, de anti-captura, etc. Cada princípio

poderia ser considerado de forma individual. Então, fizemos uma consulta, na qual a comunidade podia comentar sobre cada um desses princípios antes de nós elaborarmos a primeira versão preliminar do documento.

E consideramos que era uma boa forma de trabalhar por etapas para redigir depois o documento. Por esse motivo, publicamos os princípios para comentário, recebemos diversos comentários e aconteceu o que pensávamos que iria acontecer. Disseram, por exemplo, este princípio deve ser desenvolvido um pouquinho mais ou talvez não seja uma boa ideia incluir tal princípio. Então, se todo o documento final que temos até esse momento é diferente dos princípios originais, os princípios que estavam contemplados, queríamos fazer mudanças a partir da primeira publicação, depois dos comentários públicos, até a versão preliminar que está disposta agora, foi uma parte do processo que pensamos para incorporar as mudanças dos comentários gerais.

Por que agora essas mudanças de uma versão até outra? O motivo é esse, e com todo prazer podemos explicar com mais detalhes. Em nenhum momento estamos perante documentos oficiais, permanentes ou definitivos, mas estamos trabalhando com versões preliminares que estão sendo objeto de revisão e melhora de uma versão para a outra.

Não consideramos que essas mudanças sejam significativas. Por exemplo, no que respeita aos níveis mínimos e quantos RIRs devem ser aprovados, talvez isso mudou da publicação dos princípios até

a publicação desta última versão. Com todo prazer podemos explicar por que fizemos essas mudanças e vamos continuar fazendo mudanças na base dos comentários recebidos. Para nós, isso faz parte do processo de redação de aprendizagem. Muito obrigado.

MARCO HOGEWONING

Muito obrigado, Nick. Eu acho que, quando lemos entre linhas, eu acho que o GAC gosta de ter documentos com a função de controle de mudanças ativada para ver exatamente o que foi o que aconteceu. Eu acho que há mais pessoas que solicitam a palavra. Manal?

MANAL ISMAIL

Muito obrigado por esta excelente apresentação. Eu quero mencionar três coisas. Primeiro, os comentários que os senhores receberam e que abordaram muito bem na apresentação. Também quero saber quantas versões preliminares esperam publicar antes da implementação, como perguntou o Países Baixos. E também, vocês poderiam nos ajudar no seguinte.

Igual como falou o representante da Federação Russa, para nós é difícil comparar as diferentes versões preliminares do documento. Eu acho que é bom trabalharmos por etapas. Eu sou consciente da dificuldade que significa ter um documento com controle de mudanças ativada nessa abordagem que vocês estão fazendo. Talvez poderiam dar um documento de uma página mencionando

as mudanças implementadas. Ou talvez possam destacar essas mudanças na nova versão. E se existe alguma coisa muito importante que não foi levada em conta, talvez possamos explicar brevemente por que não foi levada em conta.

NICK NUGENT

Muito obrigado. Eu vou ter que falar isso com o meu grupo. Isso pode ser possível, não vejo por que não. Com respeito ao controle de mudanças, a senhora tem razão. Não podemos fazer uma mudança entre um primeiro documento e o segundo. Mas podemos ter a versão 1 e 2, um documento com controle de mudanças.

MANAL ISMAIL

Isso seria muito melhor.

NICK NUGENT

Mas espere, eu tenho ainda mais boas notícias. Podemos fazer um resumo das mudanças realizadas. E, por sua vez, vamos ter um documento por separado, onde serão resumidos os comentários mais significativos, importantes que recebemos, e a nossa argumentação quando recebemos esses comentários. E talvez seja assim mais fácil identificar as diferenças entre a primeira e a segunda versão do documento.

SUSHIL PAL

Muito obrigado por essa excelente apresentação, Nick. Essa é uma versão muito importante do documento. Não devemos nos apressar. Vejo que estamos acelerando, avançando de maneira muito acelerada. Faz cinco, seis anos que estamos falando de questões urgentes, de uso indevido do DNS, etc.

Estamos falando agora da governança dos RIR. Acho que não devemos nos apressar. Devemos incorporar os comentários apresentados pelas partes interessadas. E agora, quando o Board aprove tudo isso, mas não é um órgão de múltiplas partes interessadas, tem certo viés. Então, em virtude disso, devemos dedicar mais tempo a esse processo para poder participar de todas as partes interessadas.

NICOLAS CABALLERO

Agora, segue o representante da Malásia...

NICK NUGENT

Desculpem, quero responder ao comentário anterior. Obrigado pelo comentário anterior. Talvez estejamos avançando de forma acelerada. Nós trabalhamos antes. Recebemos a solicitação em outubro de 2023, por parte do NRO EC, quer dizer que já estamos trabalhando faz dois anos, trabalhando nesse processo. Definitivamente, dedicaremos todo o tempo necessário para garantir que continuem os procedimentos de ratificação. Com muito prazer, podemos falar com você sobre esse processo. Muito obrigado.

NICOLAS CABALLERO

Índia tem a palavra. Ah, não, era o pedido anterior. Malásia e Suíça têm a palavra. Tem a palavra Malásia.

RUZAMRI RUWANDI

Sou representante da Malásia. Quero agradecer à ASO por realizar essas consultas públicas que são muito importantes. Nós apresentamos os nossos comentários nessa consulta da ASO e com todo prazer também enviarei pelo e-mail. Nos preocupamos com o ponto 2.6.

Nós entendemos que aqui há um poder discricional dos RIR para alocar recursos. Então, isso poderia ser interpretado como que uma só parte pode tomar decisões que podem ter um impacto significativo na governança da internet. Devemos mostrar isto na versão atual do ICP-2.

Além disso, propomos, com relação a esse ponto 2.6, uma alternativa que mostre uma abordagem de maior colaboração e consulta, principalmente com relação ao estabelecimento de registros regionais de internet e a legitimidade dos futuros sistemas, principalmente levando em consideração a governança e como isso afetaria a governabilidade da internet.

NICK NUGENT

Se eu entendi bem, você se refere à sessão 2.6 que tem a ver com as condições nas quais é possível criar registros nacionais de

internet ou registros subnacionais. E a Malásia acredita que os RIR têm um poder discricional a esse respeito. Entendi bem?

RUZAMRI RUWANDI

Nós queremos falar também sobre um pouco mais de colaboração nesse poder discricional.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, Malásia, Suíça tem a palavra.

JORGE CANCIO

Fala Jorge Cancio, representante da Suíça, para os registros, obrigado pelas explicações, pela informação. Obviamente, esse é um processo muito importante e eu pude observar reações que mostram muito interesse do GAC, da comunidade. Muitas das perguntas têm uma natureza processal.

Então, sugiro a você e à equipe que se encarrega disso, que também vejam aquelas diretrizes multissetoriais de São Paulo, onde se fala de como seguir um processo multissetorial que seja transparente e inclusivo. Muitas das perguntas que foram feitas hoje acho que poderiam ser respondidas se tentarmos seguir as recomendações incluídas no documento que eu mencionei.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado. Há três minutos e temos Suíça, Japão, Estados Unidos e Egito pedindo a palavra. Por favor, sejam breves e vão diretamente para o que querem dizer. Japão tem a palavra.

TOMONORI MIYAMOTO

Obrigado pela apresentação. Eu entendo que vai haver mais detalhes em breve sobre os processos e parte dos temas processais serão discutidos depois na nova versão, mas há algum plano a respeito dos prazos para discussão e há algum documento já pronto para operação?

NICK NUGENT

Não, não tenho prazos, mas espero que seja breve, espero que sejam em paralelo, mas talvez possa ser depois da ratificação, porque nesse caso os RIR têm que avaliar os pontos entre eles, mas não quero fazer nenhuma promessa pública, mas os comentários refletem tudo isso que recebemos sobre a informação que vamos incluir no documento separado para procedimentos, como dizem.

SUSAN CHALMERS

Nós apoiamos todos os esforços que tenham que fazer a ASO, AC, inclusive o desenvolvimento de novas versões para um documento de governança RIR e ter consulta ampla com toda a comunidade.

CHRISTINE ARIDA

Tenho a mesma pergunta que o Japão. Eu encorajo a que coloquem alguma marca, algum prazo, porque sabemos que vão

precisar de tempo quando for publicado e que também seria bom, considerando qual a situação das eleições na África.

NICK NUGENT

Sim, existe um documento de implementação dos procedimentos adotado e publicado. Mas esse novo documento, precisamos que tenha mais visibilidade o seu processo.

NICOLAS CABALLERO

Obrigado, Egito. Obrigado, Nick. Países Baixos tem a última palavra.

MARCO HOGEWONING

Obrigado, Nick. Obrigado a todos os membros, porque essa discussão acho que continua sendo uma questão de importância para o GAC e, obviamente, vamos incluir no nosso comunicado algumas linhas que marquem qual foi essa discussão, contribuições realizadas e, bom, qualquer outra contribuição que queiram fazer sobre esse texto, por favor, assim que possível, façam.

NICOLAS CABALLERO

Bom, de um lado, muito obrigado, Nick. Obrigado por responder a todas as perguntas. Obrigada pelos detalhes, pelas explicações, pela paciência. E agora, alguns assuntos administrativos para os meus colegas do GAC.

Temos uma pausa para o almoço de 90 minutos, mas tomem mais café, porque depois do almoço vamos começar com a redação do communiqué. E é por isso que o Marco dizia que se alguém tiver contribuição e os membros do GAC têm alguma contribuição para o texto e governança, e por favor, tomem um restrito cappuccino e estejam todos aqui a 1h45 p.m. Em ponto. Obrigado a todos. Obrigado, Nick.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]